

Aula 16

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

08 de Julho de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Lei 11340_2006 - Lei Maria da Penha	3
2) Aposta Estratégica - Lei 11340_2006 - Lei Maria da Penha	16
3) Questões Estratégicas - Lei 11340_2006 - Lei Maria da Penha - FCC	18
4) Questões Estratégicas - Lei 11340_2006 - Lei Maria da Penha - FGV	22
5) Questionário de Revisão - Lei 11340_2006 - Lei Maria da Penha	32
6) Lista de Questões - Lei 11340_2006 - Lei Maria da Penha - FCC	36
7) Lista de Questões Estratégicas - Lei 11340_2006 - Lei Maria da Penha - FGV	38



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

A **Lei nº 11.340/2006**, conhecida como **Lei Maria da Penha**, constitui um dos marcos legislativos mais relevantes do ordenamento jurídico brasileiro em matéria de **proteção à mulher** contra a **violência doméstica e familiar**. A norma regulamenta o disposto no **art. 226, § 8º, da Constituição Federal**, bem como incorpora compromissos assumidos pelo Brasil em **tratados internacionais**.

Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha

1. Finalidade e Fundamento Constitucional

A Lei foi editada para dar efetividade ao **§ 8º do art. 226 da Constituição Federal**, que dispõe:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

*§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando **mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações**.*

A partir desse mandamento constitucional, o **art. 1º da Lei nº 11.340/2006** estabelece que:

*Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para **coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.*

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Ela busca garantir à mulher uma vida livre de violência, com pleno acesso à **dignidade, liberdade, saúde, segurança e cidadania**, conforme assegurado no **art. 2º da Lei**.



2. Abrangência e Conceito de Violência Doméstica e Familiar

O art. 5º da Lei apresenta um conceito ampliado de violência doméstica e familiar, considerando:

- **Ação ou omissão baseada no gênero**, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial;
- Em três contextos distintos: **unidade doméstica, família e relação íntima de afeto**, mesmo sem coabitação.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

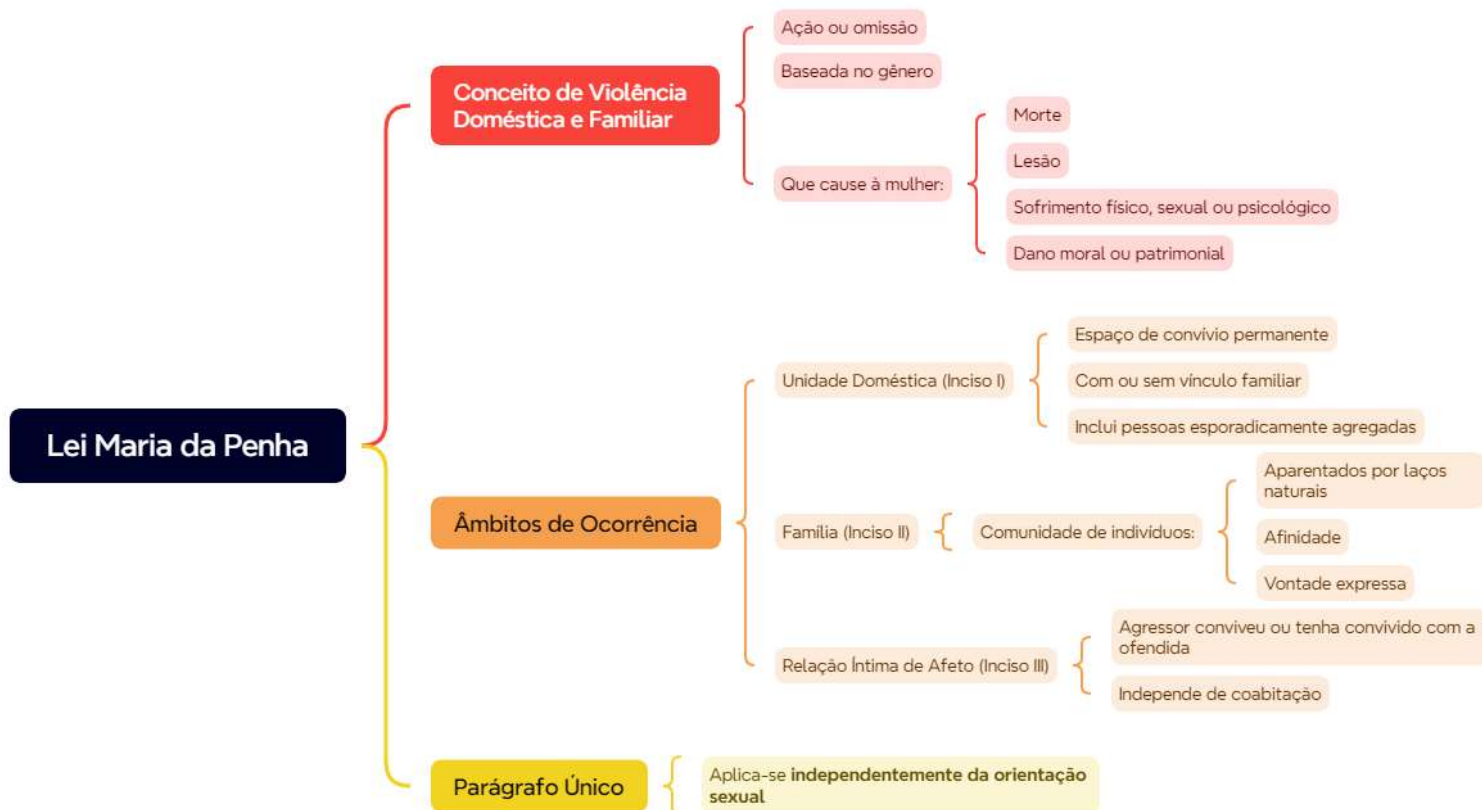
II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Este art. 5º da Lei Maria da Penha é muito importante, então, vamos ver um mapa-mental para fixar o entendimento:





O art. 6º enfatiza que tais condutas representam violações aos direitos humanos, fundamentando a intervenção estatal no âmbito doméstico.

Importante destacar que a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada **ainda que não tenha havido coabitação ou que o relacionamento já tenha se encerrado**, desde que as condutas agressivas guardem nexos causal com a relação pretérita.



JURISPRUDÊNCIA

➡ **Súmula 600 - STJ:**

*Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da lei 11.340/2006, lei Maria da Penha, **não se exige a coabitação** entre autor e vítima.*



Além disso, o mesmo Tribunal Superior decidiu que é possível a **incidência** da Lei Maria da Penha nas **relações entre mãe e filha**. Veja trecho do julgado:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA RELAÇÃO ENTRE MÃE E FILHA.

*É possível a incidência da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas **relações entre mãe e filha**. Isso porque, de acordo com o art. 5º, III, da Lei 11.340/2006, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial **em qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Da análise do dispositivo citado, infere-se que o objeto de tutela da Lei é **a mulher em situação de vulnerabilidade, não só em relação ao cônjuge ou companheiro, mas também qualquer outro familiar ou pessoa que conviva com a vítima**, independentemente do gênero do agressor*

HC 277.561-AL, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 6/11/2014.

3. Tipos de Violência Reconhecidos pela Lei

O **art. 7º** enumera cinco **formas de violência** doméstica e familiar contra a mulher:

Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher;

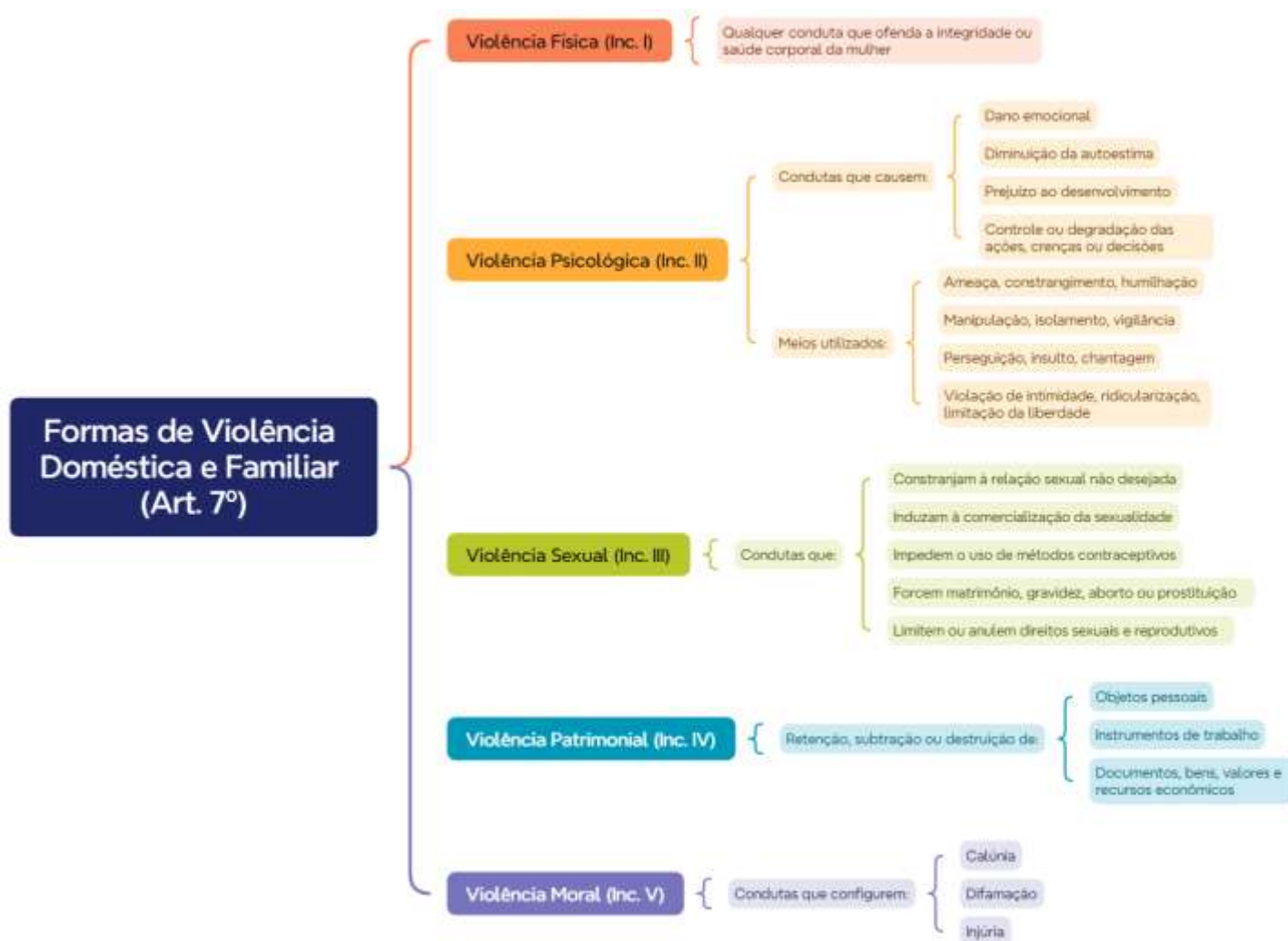
Violência psicológica: abrange desde humilhações e ameaças até o controle de ações e isolamento da vítima;

Violência sexual: inclui coerção à prática sexual, proibição de contracepção ou exploração sexual;

Violência patrimonial: destruição ou subtração de bens, documentos, recursos e instrumentos de trabalho;

Violência moral: calúnia, difamação e injúria.





Essa classificação permite o **reconhecimento da violência de gênero em suas múltiplas manifestações**, o que amplia a atuação do Estado.

4. Deveres da Autoridade Policial

A Lei impõe à autoridade policial **responsabilidades imediatas**, visando **proteger a vítima** e instruir a investigação. Dentre essas responsabilidades, encontram-se o atendimento policial e pericial especializado, prestador por servidores **preferencialmente do sexo feminino**.

*Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o **atendimento policial e pericial especializado**, ininterrupto e prestado por servidores - **preferencialmente do sexo feminino** - previamente capacitados.*

Além disso, de acordo com o art. 11, a Lei determina as providências a serem tomadas pela autoridade policial no atendimento à mulher:

- Deve-se garantir **proteção policial** e conduzir a ofendida a **unidade de saúde ou ao IML**;



- Fornecer **transporte seguro** e permitir a retirada de pertences;
- Informar os **direitos legais e serviços de apoio disponíveis**.

*Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a **autoridade policial** deverá, entre outras providências:*

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável.

Já o **art. 12** impõe a **formalização da ocorrência**, a coleta de provas e o encaminhamento ao Judiciário em até **48 horas**. Destaca-se também o **art. 12-C**, que permite o **afastamento imediato do agressor**, inclusive por **delegado ou policial**, em situações de risco iminente à vítima.

*Art. 12-C. Verificada a existência de **risco atual ou iminente** à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o **agressor será imediatamente afastado** do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:*

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

*§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do **caput** deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.*

*§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, **não será concedida liberdade provisória** ao preso.*



5. Dos Procedimentos

A Lei Maria da Penha dispõe sobre **procedimentos específicos para a tramitação das ações cíveis e criminais**, visando à celeridade e efetividade da tutela judicial.

5.1 Aplicação subsidiária dos Códigos de Processo Penal e Civil

Conforme o **art. 13**, os **procedimentos civis e criminais** decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher **seguem as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil**, bem como da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso, **desde que não conflitem com a Lei nº 11.340/2006**.

5.2 Criação e atuação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

O **art. 14** prevê a possibilidade de criação de **Juizados especializados com competência cível e criminal**, o que representa um avanço na **integralidade do atendimento jurídico à vítima**, concentrando, em um único juízo, todas as ações que tenham por base a prática de violência doméstica.

5.3 Ações de divórcio e dissolução de união estável no juizado especializado

Segundo o **art. 14-A**, a ofendida pode, **por opção própria**, propor **ação de divórcio ou dissolução de união estável** no Juizado de Violência Doméstica e Familiar. Contudo, conforme o **§ 1º**, a **partilha de bens não integra essa competência**, devendo ser processada perante juízo comum.

Já o **§ 2º** prevê que, **havendo violência iniciada após o ajuizamento da ação de família**, essa terá **preferência no juízo onde estiver tramitando**.

5.4 Competência territorial nas ações cíveis

O **art. 15** estabelece **critérios de competência territorial** nos processos cíveis da Lei Maria da Penha, conferindo à ofendida a possibilidade de ajuizar a ação no:

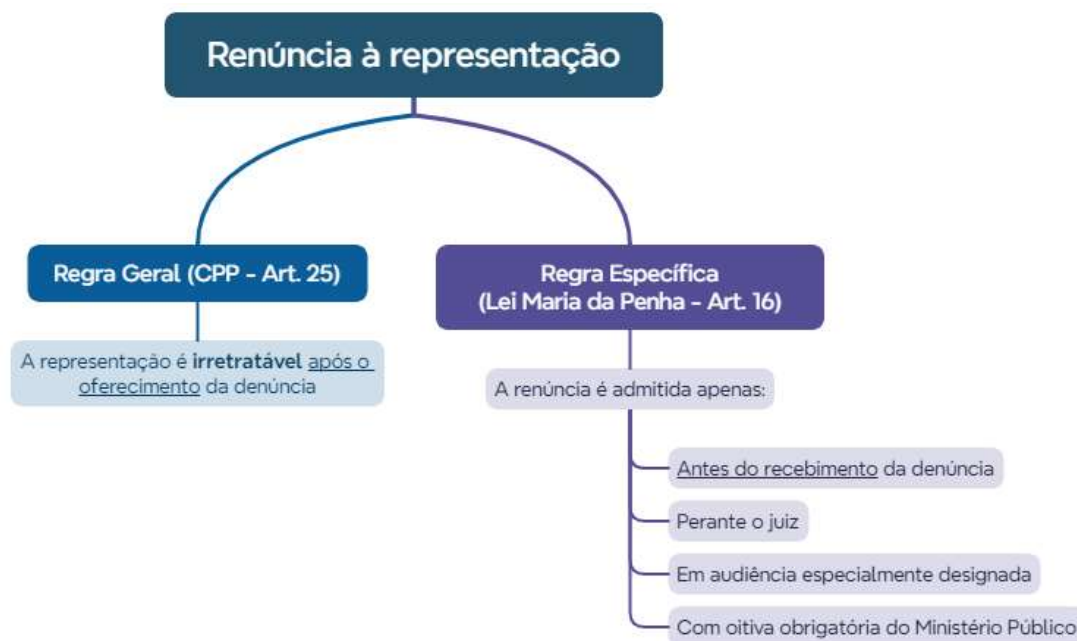
- local de seu domicílio ou residência;
- local do fato (ocorrência da violência);
- domicílio do agressor.

5.5. Representação da Ofendida e Renúncia

*Art. 16. Nas **ações penais públicas condicionadas à representação** da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a **renúncia** à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, **antes do recebimento da denúncia** e ouvido o Ministério Público.*



Muita atenção neste ponto, pois a **regra geral** prevista no art. 25 do Código de Processo Penal é que a **representação** será **irretratável depois** de oferecida a denúncia.



5.6 Vedação de penas alternativas inadequadas e sigilo do nome da vítima

Nos termos do **art. 17**, é **vedada** a aplicação de **penas de prestação pecuniária isolada** (como pagamento de cestas básicas), bem como a **substituição da pena por multa isolada**.

Além disso, o **art. 17-A** determina que o **nome da ofendida deve permanecer sob sigilo** em processos que apurem crimes no contexto de violência doméstica. Isso protege a mulher de **exposição indevida e revitimização**. Importante ressaltar que, conforme o parágrafo único, o **sigilo não abrange o nome do agressor nem os demais dados do processo**.

Atenção, pois estes últimos artigos citados, foram inseridos na Lei Maria da Penha recentemente (2024):

*Art. 17. É **vedada** a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de **penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária**, bem como a **substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa**.*

*Art. 17-A. O nome da **ofendida** ficará sob **sigilo** nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. (Incluído pela Lei n° 14.857, de **2024**)*

*Parágrafo único. O sigilo referido no caput deste artigo **não abrange o nome do autor do fato**, tampouco os demais dados do processo. (Incluído pela Lei n° 14.857, de **2024**)*



6. Medidas Protetivas de Urgência

As **medidas protetivas de urgência** estão entre os principais instrumentos da lei e serão concedidas pelo juiz, a pedido da ofendida ou requerimento do Ministério Público (art. 19). Elas poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado (art. 19, §1º).

Vejamos agora um importante artigo que foi objeto de decisão do STJ:

*Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a **prisão preventiva do agressor**, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.*

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

A decretação, pelo juiz, da prisão preventiva de um agressor pode ser requerida pelo Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, conforme o entendimento atual.

Todavia, é importante notar que, embora houvesse previsão legal para o juiz decretar a prisão por conta própria (de ofício), o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** tem se posicionado no sentido de que essa prática não se alinha mais ao regime jurídico vigente:

*2. Diversamente do alegado pelo Tribunal de origem, não se justificaria uma atuação ex officio do Magistrado por se tratar de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, com fundamento no princípio da especialidade. Não obstante o art. 20 da Lei n. 11.340/2006 ainda autorize a decretação da prisão preventiva de ofício pelo Juiz de direito, tal disposição destoa do atual regime jurídico. **A atuação do juiz de ofício é vedada independentemente do delito praticado ou de sua gravidade**, ainda que seja de natureza hedionda, e deve repercutir no âmbito da violência doméstica e familiar.*

HC n. 438.765/RJm Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 1/6/2018

6.1 Medidas que obrigam o agressor (art. 22)

O juiz poderá aplicar **isolada ou cumulativamente** diversas medidas contra o agressor, visando cessar o ciclo de violência. Dentre elas:

- **Suspensão ou restrição do porte de arma de fogo**, com comunicação à autoridade competente, conforme a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento);



- Afastamento do lar ou domicílio da ofendida;
- Proibição de aproximação da vítima, seus familiares e testemunhas, com fixação de limite mínimo de distância;
- Proibição de contato por qualquer meio de comunicação;
- Suspensão ou restrição de visitas aos filhos menores;
- Obrigação de prestar alimentos provisórios, se necessário;
- Inclusão em programas de recuperação e reeducação;
- Acompanhamento psicossocial individual ou em grupo;
- Monitoração eletrônica do agressor, conforme introdução da Lei nº 15.125/2025.

Essas medidas têm o objetivo de **interromper a convivência abusiva**, garantir a **segurança física e psicológica da vítima** e evitar a reincidência do agressor. Abaixo, na Aposto Estratégica, veremos em mais detalhes.

6.2 Medidas de proteção à vítima (art. 23)

Além das medidas contra o agressor, o juiz poderá **determinar providências em favor da mulher e de seus dependentes**, como:

- Encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de proteção;
- Recondição ao domicílio após afastamento do agressor;
- Auxílio-aluguel, conforme previsto no art. 23, VI, incluído pela Lei nº 14.674/2023, destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por até seis meses;
- Transferência de filhos para escola próxima ao novo domicílio, independentemente da existência de vaga.

Essas medidas são essenciais para **preservar a integridade, dignidade e o sustento** da vítima após o rompimento da convivência com o agressor.

6.3 Medidas de proteção patrimonial (art. 24)

A Lei também prevê ações para **evitar a dilapidação do patrimônio da mulher**, como:

- Restituição de bens subtraídos pelo agressor;
- Proibição de alienações patrimoniais sem autorização judicial;
- Suspensão de procurações e prestação de caução judicial por perdas e danos.

Essas medidas garantem que a vítima **não seja duplamente prejudicada** – pela violência e pela perda do seu patrimônio.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:



- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;*
- II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;*
- III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;*
- IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.*

7. Crime de Descumprimento de Medida Protetiva (Art. 24-A)

A Lei nº 13.641/2018 inseriu o **art. 24-A**, criando um novo **tipo penal autônomo** para coibir o desrespeito às medidas protetivas:

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.

Esse crime é **formal**, ou seja, se consuma com o simples descumprimento da ordem judicial, **independentemente da ocorrência de novo ato de violência**. A prisão em flagrante é cabível, mas a fiança somente pode ser concedida por autoridade judicial (art. 24-A, § 2º), o que demonstra a gravidade da conduta.

8. Atuação do Ministério Público

O **Ministério Público (MP)** desempenha um **papel estratégico** na efetivação da Lei Maria da Penha, atuando tanto **na esfera criminal quanto cível**, com base nos **arts. 25 e 26**.

8.1 Intervenção obrigatória

Nos termos do **art. 25**, o MP **deverá intervir** sempre que não for parte nos processos decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher. Isso reforça o **caráter público da ação e da tutela dos direitos fundamentais da vítima**.

8.2 Atribuições específicas (art. 26)

O **art. 26** prevê que o Ministério Público poderá:



- **Requisitar força policial** e serviços públicos essenciais (saúde, educação, assistência social, etc.);
- **Fiscalizar estabelecimentos** públicos e privados de atendimento à mulher;
- **Cadastrar e acompanhar os casos** de violência doméstica, formando um **banco de dados** para políticas públicas.

Além disso, o MP atua como **fiscal da lei**, propondo ações penais, fiscalizando o cumprimento das medidas protetivas e promovendo a **responsabilização do agressor**.

Para fechar, vejamos duas súmulas do STJ que podem ser objeto de cobrança na sua prova:



JURISPRUDÊNCIA

⇒ **Súmula 588 - STJ:** *A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico **impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.***

⇒ **Súmula 589 - STJ:** *É **inaplicável o princípio da insignificância** nos crimes ou contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas.*





APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



As **medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor (art. 22)** são a nossa **Aposta Estratégica** para essa aula. Elas são de extrema importância para a mulher vítima, uma vez que são aplicadas imediatamente, pelo juiz, assim que constatada a violência.

Vejamos todas elas em detalhes na tabela abaixo:

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor (art. 22)

Juiz pode aplicar de imediato, individual ou cumulativamente

Medidas ao Agressor

Suspensão de Armas (Inciso I)	Suspensão da posse ou restrição do porte de armas Comunicação ao órgão competente (Lei nº 10.826/2003)
Afastamento (Inciso II)	Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima Aproximação da ofendida, familiares e testemunhas (limite mínimo de distância)
Proibição de Condutas (Inciso III)	Contato por qualquer meio de comunicação Frequência a lugares que comprometam a integridade da vítima
Visitas a Dependentes (Inciso IV)	Restrição ou suspensão de visitas Ouvindo equipe multidisciplinar
Alimentos (Inciso V)	Prestação de alimentos provisionais ou provisórios
Reeducação (Inciso VI)	Comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação
Acompanhamento Psicossocial (Inciso VII)	Atendimento individual e/ou grupo de apoio

Disposições Complementares

§1º	Medidas não excluem outras previstas na legislação Comunicação obrigatória ao Ministério Público Comunicação ao órgão da corporação sobre restrição de porte de armas
§2º	Superior imediato é responsável pelo cumprimento Descumprimento: prevaricação ou desobediência
§3º	Juiz pode requisitar auxílio da força policial
§4º	Aplica-se, no que couber, o art. 461 do CPC/1973
§5º	Monitoração eletrônica do agressor Possibilidade de: Dispositivo de segurança para a vítima



QUESTÕES COMENTADAS

HORA DE PRATICAR!



1. (PC-AP – Oficial de Polícia Civil – 2017 – FCC) NÃO constitui medida protetiva de urgência prevista na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha

- a) a prestação de alimentos provisórios.
- b) a proibição de contato com a ofendida.
- c) o afastamento dos familiares da ofendida, com fixação de limite mínimo de distância.
- d) a suspensão de visitas aos dependentes menores.
- e) o afastamento de cargo ou função pública.

Comentários

Entre as alternativas apresentadas, apenas a letra E não encontra previsão no art. 22.

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

- suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- proibição de determinadas condutas, entre as quais:

aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;



- contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)
- acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

Gabarito: Letra E

2. (TJ-SC – Juiz de Direito – 2015 – FCC - adaptada) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher estão taxativamente previstas no art. 7º da Lei nº 11.340/2006, não sendo objeto de medidas protetivas de urgência outras senão aquelas elencadas nesse dispositivo.

Comentários

A questão está **errada**.

O próprio art. 7º da Lei explicita que as formas de violência doméstica e familiar ali previstas não são as únicas. Isso já torna a questão errada...! ☹

3. (MPE-PE – Promotor de Justiça – 2014 – FCC) Nas ações penais abrangidas pela chamada Lei Maria da Penha, admissível a renúncia à representação da ofendida perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público,



- a) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- b) em qualquer crime.
- c) apenas no crime de lesão corporal leve.
- d) nos crimes de lesão corporal leve e de ameaça.
- e) no crime de ameaça.

Comentários

Você já sabe que o STF julgou inconstitucional o art. 16 em relação aos crimes de lesão, mas a regra continua valendo em relação aos crimes de ameaça e contra a dignidade sexual.

Gabarito: Letra E

4. (DPE-SC – Defensor Público Substituto – 2017 – FCC) Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher,

- a) é vedada a atuação de assistente de acusação para a vítima, pois a Lei Maria da Penha já prevê a assistência jurídica à vítima em todos os atos do processo.
- b) é incabível o uso de habeas corpus em face de decisão que concede medida protetiva de urgência em favor da mulher, pois a medida não tem natureza penal contra o acusado.
- c) a ação penal nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha será pública incondicionada.
- d) a Lei Maria da Penha permite a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz no curso do inquérito policial.
- e) conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as contravenções penais não se submetem ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, aplicando-se os institutos da Lei nº 9.099/95.

Comentários

A alternativa A está incorreta. A assistência da acusação é perfeitamente possível.

A alternativa B está incorreta. O habeas corpus pode caber neste caso, pois o descumprimento de medidas protetivas pode ensejar na aplicação de privação de liberdade.



A alternativa C está incorreta. Nos casos de ameaça, como você já sabe, a propositura da ação penal depende da representação da ofendida.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 20 da Lei 11.340/2006.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 41, aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099/1995.

Atualmente a alternativa D também está incorreta, pois apesar da previsão legal, não se admite a decretação da prisão preventiva de ofício pelo Juiz.

Gabarito: Sem resposta (atualmente)



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. (CAGE RS/Auditor/FGV/2025) Joana foi vítima de violência doméstica praticada por João, seu marido, o que lhe causou lesões corporais graves. Em razão do ocorrido, que foi presenciado pelos filhos do casal, Joana passou por intenso sofrimento físico e mental, o que tornou inviável a continuidade da sociedade conjugal.

Nessa situação, à luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

- (A) pode apreciar as ações de divórcio e partilha de bens que Joana venha a ajuizar.
- (B) é o juízo universal para processar e julgar todas as ações que envolvam Joana e João.
- (C) pode apreciar a ação de divórcio que Joana venha a ajuizar, mas não a pretensão de partilha de bens.
- (D) é competente para processar e julgar todas as ações correlatas à conduta de João, ainda que envolvam terceiros que não Joana.
- (E) somente irá julgar João no plano criminal, não tendo competência cível, mas pode adotar medidas protetivas de urgência em benefício de Joana.

Comentários:

A alternativa A está incorreta, pois o Juizado de Violência Doméstica não tem competência para processar e julgar ações de divórcio e partilha de bens.

A alternativa B está incorreta, pois esse juizado não é um juízo universal, ou seja, não julga todas as ações envolvendo Joana e João.

A alternativa C está correta, pois o Juizado de Violência Doméstica pode processar e julgar a ação de divórcio, **mas não a partilha de bens, que deverá ser resolvida na Justiça Cível.**

A alternativa D está incorreta, pois o juizado só tem competência para julgar ações correlatas à conduta de João que envolvam violência doméstica.

Por fim, a alternativa E está incorreta, pois, além do julgamento criminal, o juizado também pode adotar medidas protetivas em benefício de Joana.

Gabarito: C



2. (FGV - Inspetor de Polícia (PC RJ)/2022). Em relação ao sujeito passivo dos delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar que:

- a) há necessidade de demonstração de vulnerabilidade concreta;
- b) a ausência de demonstração de relação de inferioridade inviabiliza a responsabilização criminal;
- c) a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar é presumida;
- d) em caso de subjugação feminina, a aplicação do sistema protetivo depende de demonstração específica;
- e) a organização social brasileira não é mais um sistema hierárquico de poder baseado no gênero.

Comentários

A letra C está correta, sendo nosso gabarito. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça:

"(...) A hipossuficiência e a vulnerabilidade, necessárias à caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher, são presumidas pela Lei 11.340/2006". (AgRg no AREsp 620.058/DF)

Ainda:

"É desnecessária, portanto, a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha. Isso porque a organização social brasileira ainda é fundada em um sistema hierárquico de poder baseado no gênero, situação que o referido diploma legal busca coibir." (AgRg no REsp 1931918/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/09/2021, DJe 30/09/2021).

Consequentemente, pelos fundamentos expostos, as demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: C

3. (FGV - Oficial Policial Militar (PM PB)/2021/CFO 2022). Em relação à fixação da competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, é correto afirmar que:

- a) o decurso de lapso temporal desde a dissolução do matrimônio ou união afasta a competência do Juizado;
- b) a tutela penal se restringe à proteção da vítima que coabita com o agressor;
- c) a ausência de relação íntima de afeto entre vítima e agressor afasta a competência do Juizado;
- d) a ausência de relação familiar entre vítima e agressor afasta a competência do Juizado;
- e) sem coabitação ou relação familiar, a conduta imputada deve estar vinculada à relação íntima de afeto entre as partes.

Comentários

A letra E está correta, com base na súmula 600 do STJ:

Súmula 600, STJ: Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da lei 11.340/2006, lei Maria da Penha, **não se exige a coabitação entre autor e vítima.**



A letra A está incorreta, pois contraria a jurisprudência do STJ:

(...) 3. Segundo o art. 5º, inciso III, da Lei n. 11.340/2006, **é irrelevante o lapso temporal da dissolução do vínculo conjugal para se firmar a competência do Juizado Especializado** nos casos em que a conduta imputada como criminosa está vinculada à relação íntima de afeto que tiveram as partes. (...) (HC 542.828/AP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 28/02/2020).

A letra B está incorreta, pois não há que se falar nessa restrição. A tutela penal abrange as hipóteses descritas no art. 5º, III, da Lei Maria da Penha:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
(...)
III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

As letras C e D estão incorretas. A ausência de relação íntima de afeto bem como a ausência de relação familiar entre vítima e agressor não constituem impedimentos para a aplicação da Lei Maria da Penha. Referida norma aplicar-se-á nos seguintes casos:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
III - em **qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, **independentemente de coabitação**.

Gabarito: E

4. (FGV - Inspetor de Polícia (PC RJ)/2022). No que diz respeito ao feminicídio, é correto afirmar que:

- a) a violência praticada no âmbito da unidade doméstica não exige que a mulher faça parte desse núcleo de convívio permanente;
- b) na violência praticada no âmbito da unidade doméstica, a fugacidade e a eventualidade do convívio não excluem sua configuração;
- c) a violência praticada no âmbito familiar exige parentesco, natural ou civil, entre autor e vítima, excluído aquele determinado por afinidade;
- d) na violência praticada no âmbito familiar, é possível a configuração de feminicídio contra a "tia de consideração", desde que aparentada do agente;



e) a violência praticada no âmbito das relações íntimas de afeto, em curso ou já findas, depende da ocorrência de coabitação.

Comentários

Galera, essa questão é bastante duvidosa e, em nossa opinião, deveria ter sido anulada pela banca por haver duas alternativas corretas. Vamos analisá-la detalhadamente para que possamos, apesar do gabarito, aprender com ela.

A letra A está correta, com fundamento no art. 5º, I da Lei Maria da Penha. É totalmente possível a incidência da Lei Maria da Penha aos casos em que a relação entre agressor e vítima decorra de um convívio eventual, esporádico. Vejamos:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, **inclusive as esporadicamente agregadas;**

A letra B está incorreta. Conforme o entendimento do STJ, não é qualquer namoro que se enquadra na Lei Maria da Penha. Se o vínculo é eventual, efêmero, não incide a Lei nº 11.340/2006 (CC 91.979-MG).

A letra C está incorreta, pois o parentesco por afinidade não está excluído:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

[...]

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, **por afinidade** ou por vontade expressa;

A letra D está incorreta, pois não há necessidade de que haja que a "tia de consideração" seja aparentada do agente, conforme art. 5º, inciso II da Lei Maria da Penha.

A letra E está incorreta, pois não há necessidade de ocorrência de coabitação, conforme art. 5º, III da Lei nº 11.340/2006. No mesmo sentido, a edição nº 41 de jurisprudência em teses do STJ corrobora o disposto na Lei Maria da Penha, afirmando que a violência doméstica abrange qualquer relação íntima de afeto, dispensada a coabitação:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

[...]

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, **independentemente de coabitação.**



"A violência doméstica abrange qualquer relação íntima de afeto, **dispensada a coabitação**" (STJ – Tese, edição 41).

Gabarito oficial da FGV: D

Nosso gabarito: Letra A

5. (FGV - Defensor Público do Estado do Mato Grosso do Sul/2022/XVIII). Em relação ao sistema protetivo da Lei Maria da Penha:

- a) o âmbito da unidade doméstica engloba todo espaço de convívio de pessoas, desde que com vínculo familiar;
- b) o âmbito familiar é caracterizado por qualquer relação íntima de afeto, dependente de coabitação;
- c) o âmbito da unidade doméstica engloba todo espaço de convívio de pessoas, exceto as agregadas esporadicamente;
- d) é desnecessária a demonstração específica da subjugação feminina para sua aplicação.

Comentários

A letra D está correta, sendo nosso gabarito. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça:

"(...) A **hipossuficiência e a vulnerabilidade**, necessárias à caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher, **são presumidas** pela Lei 11.340/2006". (AgRg no AREsp 620.058/DF)

Ainda:

"É desnecessária, portanto, a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha. Isso porque a organização social brasileira ainda é fundada em um sistema hierárquico de poder baseado no gênero, situação que o referido diploma legal busca coibir." (AgRg no REsp 1931918/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/09/2021, DJe 30/09/2021).

A letra A está incorreta. Conforme art. 5º, inciso I da Lei Maria da Penha, o âmbito da unidade doméstica engloba o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar.

A letra B está incorreta, pois não há necessidade de ocorrência de coabitação, conforme art. 5º, III da Lei nº 11.340/2006. No mesmo sentido, a edição nº 41 de jurisprudência em teses do STJ corrobora o disposto na Lei Maria da Penha, afirmando que a violência doméstica abrange qualquer relação íntima de afeto, dispensada a coabitação:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

[...]

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, **independentemente de coabitação**.

"A violência doméstica abrange qualquer relação íntima de afeto, **dispensada a coabitação**" (STJ – Tese, edição 41).



A letra C está incorreta, pois contraria o disposto no art. 5º, I:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, **inclusive as esporadicamente agregadas;**

Gabarito: D

6. (FGV - Técnico Policial de Necropsia (PC RJ)/2022). Para os efeitos da Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Nesse contexto, de acordo com a citada lei, as relações pessoais enunciadas acima:

- a) requerem, para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, que a convivência entre o agressor e a vítima seja atual ou pretérita, nesse caso pelo menos nos últimos cinco anos;
- b) requerem, para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, que a convivência entre o agressor e a vítima seja atual, não incidindo essa lei específica após o fim do relacionamento;
- c) requerem, para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, que a convivência entre o agressor e a vítima seja atual ou pretérita, nesse caso pelo menos no último ano;
- d) independem de orientação sexual, e a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos;
- e) dependem de orientação sexual, e a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos fundamentais.

Comentários

A letra D está correta, consoante o disposto no parágrafo único do art. 5º e art. 6º da Lei Maria da Penha:

Art. 5º Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo **independem de orientação sexual.**

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher **constitui** uma das formas de **violação dos direitos humanos.**

As letras A e C estão incorretas, pois para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, não há que se falar em lapso temporal algum, muito menos em exigência de a convivência entre agressor e vítima ser atual.

A letra B está incorreta, pois o âmbito de incidência da Lei Maria da Penha não se limita a relações presentes, podendo incidir mesmo após o fim do relacionamento.



A letra E está incorreta, pois conforme art. 5º, parágrafo único da Lei nº 11.340/2006, as relações pessoais independem de orientação sexual.

Gabarito: D

7. (FGV - Investigador Policial (PC RJ)/2022). Aproveitando-se que seu pai, Laio, havia saído para o trabalho, Édipo passa a alterar os aparelhos eletrônicos da residência de lugar, colocando sua televisão velha e defeituosa na sala de estar e levando o aparelho novo e recém-comprado pelo genitor, para o interior do seu quarto. Indignada com isso, Jocasta, mãe de Édipo e juíza de Direito, interpela o filho, que, insatisfeito com a intervenção, passa a agredir a genitora com tapas e socos.

Jocasta aciona a polícia e o fato é apresentado à unidade policial.

A conduta de Édipo quanto a Jocasta corresponde a lesão corporal em contexto:

- a) de violência doméstica, pela presunção de hipossuficiência e vulnerabilidade da mulher;
- b) não especial, pela ausência de demonstração de vulnerabilidade da mulher;
- c) de violência doméstica, pela demonstração de subjugação feminina;
- d) não especial, pela ausência de demonstração de subjugação feminina;
- e) de violência doméstica, pela relação hierárquica da mãe em referência ao filho.

Comentários

A letra A está correta, sendo nosso gabarito. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça:

"(...) A **hipossuficiência e a vulnerabilidade**, necessárias à caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher, **são presumidas** pela Lei 11.340/2006". (AgRg no AREsp 620.058/DF)

Ainda:

"É desnecessária, portanto, a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha. Isso porque a organização social brasileira ainda é fundada em um sistema hierárquico de poder baseado no gênero, situação que o referido diploma legal busca coibir." (AgRg no REsp 1931918/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/09/2021, DJe 30/09/2021).

Consequentemente, pelos fundamentos expostos, as demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: A

8. (FGV - Aluno Oficial (PM AM)/2022). Três gerações da família Silva viviam sob o mesmo teto, o que decorria, principalmente, das dificuldades econômicas enfrentadas para que cada núcleo familiar pudesse ter uma moradia independente. Além disso, ainda moravam no local duas jovens, na faixa dos vinte anos, que foram acolhidas pela família, sendo reconhecidas por João e Maria, o casal de idosos, dono da casa, como "filhas de criação". Nesse ambiente de convivência, Pedro, neto de João e Maria, com dezoito anos de idade, proferiu diversas ofensas verbais contra uma das referidas "filhas de criação", causando-lhe intenso sofrimento psicológico.

À luz das normas vigentes, a conduta de Pedro



- a) não pode ser considerada violência familiar e doméstica contra a mulher, em razão da ausência de laço natural com a “filha de criação”.
- b) não pode ser considerada violência familiar e doméstica contra a mulher, já que a “filha de criação” somente mantém vínculo com João e Maria.
- c) não pode ser considerada violência familiar e doméstica contra a “filha de criação”, pois ele é mais jovem que ela, não podendo subjugá-la psicologicamente.
- d) pode ser considerada violência familiar e doméstica, pois praticada no âmbito da família à qual estava integrada a “filha de criação” que sofreu as ofensas.
- e) pode ser considerada violência familiar e doméstica, desde que a “filha de criação” que sofreu as ofensas esteja residindo há mais de um ano com a família.

Comentários

A letra D está correta, uma vez que a conduta de Pedro se amolda aos casos de aplicação da Lei Maria da Penha:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no **âmbito da unidade doméstica**, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, **com ou sem vínculo familiar**, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

(...)

Consequentemente, pelos fundamentos expostos, as demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: D

9. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022). Após conturbada e conflitiva separação, um casal com filhos de 15 e 10 anos de idade, realizou divórcio judicial, oportunidade em que, dentre outros temas, foi fixada a questão da pensão a ser paga para os filhos que ficariam sob os cuidados maternos. Sem que a relação marital fosse retomada em qualquer momento, quando o filho mais velho completou 21 anos, o genitor informou à ex-esposa que ingressaria com o pedido de exclusão do dever alimentar, o que gerou novo atrito. A genitora afirmou que o préstimo de alimentos deveria prosseguir, pois o filho estava tentando o ingresso no ensino superior. O genitor, então, respondeu de forma agressiva, que o filho não teria futuro, pois seguia o modelo materno de incapacidade laboral e cognitiva, sendo fadado, portanto, a ser um “zé ninguém”, tal qual a ex-esposa era. Acrescentou que ela ficava infantilizando os filhos, não permitindo que ganhassem independência e ela que se virasse para bancar aquela situação vergonhosa.

Sobre a possibilidade de configuração de ilícito penal, assinale a afirmativa correta.

- a) Não há configuração de qualquer crime da Lei Maria da Penha, em razão do tempo passado entre o divórcio e o fato.



- b) Embora o relacionamento entre os dois tenha se encerrado, as agressões verbais decorreram da relação havida.
- c) Não há qualquer motivação de gênero no caso concreto, a ensejar a configuração de crime da Lei Maria da Penha.
- d) Há configuração de crime da Lei Maria da Penha, pois a dinâmica envolve agressões de homem contra mulher.
- e) Embora referente à relação havida entre o casal, a inexistência de lesão física impede a incidência da Lei Maria da Penha.

Comentários

A letra B está correta, sendo nosso gabarito. O Superior Tribunal de Justiça já afirmou ser irrelevante o lapso temporal da dissolução do vínculo conjugal para se firmar a competência do Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nos casos em que a conduta imputada como criminosa esteja vinculada à relação íntima de afeto que tiveram as partes.

Além disso, o STJ (AgRg no RHC 74.107-SP), embora terminado o relacionamento amoroso e já não mais residindo o agressor no mesmo domicílio, a violência deu-se em razão da relação afetiva com a mulher, que é pela lei especial protegida. A Lei 11.340/2006 buscou proteger não só a vítima que coabita com o agressor, mas também aquela que, no passado, já tenha convivido no mesmo domicílio, desde que haja nexo entre a agressão e a relação íntima de afeto que já existiu entre os dois.

A letra A está incorreta, uma vez que o tempo passado entre o divórcio e o fato não constitui impedimento à incidência da Lei nº 11.340/2006.

A letra C está incorreta, pelos mesmos fundamentos expostos na alternativa B.

A letra D está incorreta por nela haver dois erros:

Prestem muito atenção, pois a alternativa está querendo dizer que, em casos de agressões cometidas por homem contra mulher, haverá configuração de crime da Lei Maria da Penha, sendo que não é bem assim. Primeiramente, a Lei nº 11.340/2006 traz os requisitos que devem estar presentes no caso concreto para a incidência desse diploma legal. Logo, não basta que a dinâmica do fato envolva agressões de homem contra mulher para que incida a Lei Maria da Penha. Ademais, percebam que a alternativa trata de "crime da Lei Maria da Penha". Pessoal, o único crime previsto nessa lei é o crime do art. 24-A, que trata do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, não sendo esse o caso apresentado pela questão.

A letra E está incorreta, com base no art. 5º da Lei Maria da Penha:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento **físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial**:

Gabarito: B

10. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Apoio Especializado/Serviço Social/2022). Conforme dispõe a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), uma mulher que frequentemente é obrigada



pelo marido a pedir desculpas por "desobedecê-lo" e a calar-se sempre que tenta emitir uma opinião, pode ser enquadrada como vítima de:

- a) misoginia;
- b) violência moral;
- c) discriminação;
- d) violência psicológica;
- e) desqualificação moral.

Comentários

Galera, aqui vai uma orientação: leiam com muita atenção aos enunciados das questões, pois é possível eliminar algumas alternativas só com o comando do enunciado.

Percebam que a questão deseja "conforme dispõe a Lei Maria da Penha". Com essa informação você já conseguiria eliminar as alternativas A, C e E, uma vez que misoginia, discriminação e desqualificação moral não são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, ficaríamos somente entre duas alternativas: B e D, que tratam da violência moral e psicológica.

A letra B está incorreta, pois a violência moral se configura quando houver calúnia, difamação ou injúria, nos termos do art. 7º, V:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
(...)

V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure **calúnia, difamação ou injúria**.

A letra D está correta. A situação descrita se traduz em violência psicológica, nos termos do art. 7º, II da Lei nº 11.340/2006:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
(...)

II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, **constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização**, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Gabarito: D



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Quais são os objetivos fundamentais da Lei nº 11.340/2006 e quais instrumentos jurídicos ela invoca para sua aplicação?
2. De que maneira a Lei assegura os direitos fundamentais das mulheres em situação de violência doméstica e familiar?
3. Como a Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar contra a mulher?
4. Quais são as formas de violência reconhecidas pela Lei nº 11.340/2006?
5. De que maneira a autoridade policial deve proceder ao tomar conhecimento de um caso de violência doméstica?



6. Quais diretrizes devem ser observadas durante a inquirição da mulher vítima de violência?
7. Quais informações devem constar no pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas?
8. Quais são as medidas protetivas de urgência que podem ser concedidas ao agressor?
9. Quais medidas podem ser aplicadas diretamente à ofendida para garantir sua proteção?
10. Como é tratada a proteção patrimonial da mulher na Lei Maria da Penha?
11. Em que consiste o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência?
12. Como o juiz deve proceder ao receber o expediente com o pedido de medida protetiva?
13. Em quais hipóteses o agressor pode ser afastado imediatamente do lar?
14. Qual é o papel do Ministério Público nos casos de violência doméstica contra a mulher?
15. Quais condições devem ser consideradas para concessão ou revogação de prisão preventiva do agressor?

Perguntas com respostas

1. Quais são os objetivos fundamentais da Lei nº 11.340/2006 e quais instrumentos jurídicos ela invoca para sua aplicação?

A Lei visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, fundamentando-se no § 8º do art. 226 da Constituição Federal, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, na Convenção Interamericana de Belém do Pará e outros tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

2. De que maneira a Lei assegura os direitos fundamentais das mulheres em situação de violência doméstica e familiar?

Assegura que toda mulher, independentemente de sua condição social ou pessoal, tenha acesso a direitos fundamentais, com oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física, mental e desenvolvimento social.

3. Como a Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar contra a mulher?



É qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ocorrida no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

4. Quais são as formas de violência reconhecidas pela Lei nº 11.340/2006?

A Lei reconhece cinco formas principais: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

5. De que maneira a autoridade policial deve proceder ao tomar conhecimento de um caso de violência doméstica?

Deve adotar imediatamente as providências legais cabíveis, incluindo o registro da ocorrência, garantia de proteção policial, encaminhamento da vítima ao atendimento de saúde e jurídico e comunicação ao Ministério Público e Judiciário.

6. Quais diretrizes devem ser observadas durante a inquirição da mulher vítima de violência?

Devem ser garantidas a integridade da depoente, a ausência de contato com o agressor e a prevenção da revitimização, sendo preferencialmente utilizada estrutura especializada com profissionais capacitados.

7. Quais informações devem constar no pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas?

Devem constar a qualificação da ofendida e do agressor, idade e nome dos dependentes, descrição do fato, medidas solicitadas e, se for o caso, informação sobre deficiência.

8. Quais são as medidas protetivas de urgência que podem ser concedidas ao agressor?

Incluem: suspensão da posse ou restrição do porte de arma, afastamento do lar, proibição de contato ou aproximação, restrição de visitas aos dependentes, prestação de alimentos e inclusão em programas de reeducação.

9. Quais medidas podem ser aplicadas diretamente à ofendida para garantir sua proteção?

Encaminhamento a programas de proteção, recondução ao domicílio, afastamento do lar, separação de corpos, matrícula dos dependentes em escola próxima e concessão de auxílio-aluguel.

10. Como é tratada a proteção patrimonial da mulher na Lei Maria da Penha?

Por meio de medidas como restituição de bens, suspensão de procurações, proibição de alienação de bens comuns sem autorização e prestação de caução por perdas e danos.



11. Em que consiste o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência?

É a violação de decisão judicial que defere medida protetiva, com pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa, independentemente da competência do juiz que deferiu a medida.

12. Como o juiz deve proceder ao receber o expediente com o pedido de medida protetiva?

Deve decidir sobre as medidas em até 48 horas, podendo determinar encaminhamentos, apreensão de arma de fogo e comunicação ao Ministério Público.

13. Em quais hipóteses o agressor pode ser afastado imediatamente do lar?

Quando houver risco atual ou iminente à integridade da vítima, o afastamento pode ser determinado por juiz, delegado (em município sem comarca) ou policial (na ausência de delegado).

14. Qual é o papel do Ministério Público nos casos de violência doméstica contra a mulher?

O MP intervém nas ações cíveis e criminais, requisita serviços, fiscaliza estabelecimentos de atendimento à mulher e adota medidas cabíveis contra irregularidades.

15. Quais condições devem ser consideradas para concessão ou revogação de prisão preventiva do agressor?

O juiz poderá decretá-la a qualquer momento durante o inquérito ou instrução criminal, podendo revogá-la se ausente motivo ou restabelecê-la diante de novas razões que a justifiquem.

...

Ficamos por aqui!

Grande abraço e bons estudos!

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram:  @eduardoalberi



LISTA DE QUESTÕES

1. (PC-AP – Oficial de Polícia Civil – 2017 – FCC) NÃO constitui medida protetiva de urgência prevista na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha

- a) a prestação de alimentos provisórios.
- b) a proibição de contato com a ofendida.
- c) o afastamento dos familiares da ofendida, com fixação de limite mínimo de distância.
- d) a suspensão de visitas aos dependentes menores.
- e) o afastamento de cargo ou função pública.

2. (TJ-SC – Juiz de Direito – 2015 – FCC - adaptada) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher estão taxativamente previstas no art. 7º da Lei nº 11.340/2006, não sendo objeto de medidas protetivas de urgência outras senão aquelas elencadas nesse dispositivo.

3. (MPE-PE – Promotor de Justiça – 2014 – FCC) Nas ações penais abrangidas pela chamada Lei Maria da Penha, admissível a renúncia à representação da ofendida perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público,

- a) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- b) em qualquer crime.
- c) apenas no crime de lesão corporal leve.
- d) nos crimes de lesão corporal leve e de ameaça.
- e) no crime de ameaça.



4. (DPE-SC – Defensor Público Substituto – 2017 – FCC) Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher,

- a) é vedada a atuação de assistente de acusação para a vítima, pois a Lei Maria da Penha já prevê a assistência jurídica à vítima em todos os atos do processo.
- b) é incabível o uso de habeas corpus em face de decisão que concede medida protetiva de urgência em favor da mulher, pois a medida não tem natureza penal contra o acusado.
- c) a ação penal nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha será pública incondicionada.
- d) a Lei Maria da Penha permite a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz no curso do inquérito policial.
- e) conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as contravenções penais não se submetem ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, aplicando-se os institutos da Lei nº 9.099/95.

GABARITO



1. E	2. E	3. E	4. C
------	------	------	------



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (CAGE RS/Auditor/FGV/2025) Joana foi vítima de violência doméstica praticada por João, seu marido, o que lhe causou lesões corporais graves. Em razão do ocorrido, que foi presenciado pelos filhos do casal, Joana passou por intenso sofrimento físico e mental, o que tornou inviável a continuidade da sociedade conjugal.

Nessa situação, à luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

- (A) pode apreciar as ações de divórcio e partilha de bens que Joana venha a ajuizar.
- (B) é o juízo universal para processar e julgar todas as ações que envolvam Joana e João.
- (C) pode apreciar a ação de divórcio que Joana venha a ajuizar, mas não a pretensão de partilha de bens.
- (D) é competente para processar e julgar todas as ações correlatas à conduta de João, ainda que envolvam terceiros que não Joana.
- (E) somente irá julgar João no plano criminal, não tendo competência cível, mas pode adotar medidas protetivas de urgência em benefício de Joana.

2. (FGV - Inspetor de Polícia (PC RJ)/2022). Em relação ao sujeito passivo dos delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar que:

- a) há necessidade de demonstração de vulnerabilidade concreta;
- b) a ausência de demonstração de relação de inferioridade inviabiliza a responsabilização criminal;
- c) a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar é presumida;
- d) em caso de subjugação feminina, a aplicação do sistema protetivo depende de demonstração específica;
- e) a organização social brasileira não é mais um sistema hierárquico de poder baseado no gênero.

3. (FGV - Oficial Policial Militar (PM PB)/2021/CFO 2022). Em relação à fixação da competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, é correto afirmar que:

- a) o decurso de lapso temporal desde a dissolução do matrimônio ou união afasta a competência do Juizado;
- b) a tutela penal se restringe à proteção da vítima que coabita com o agressor;



- c) a ausência de relação íntima de afeto entre vítima e agressor afasta a competência do Juizado;
- d) a ausência de relação familiar entre vítima e agressor afasta a competência do Juizado;
- e) sem coabitação ou relação familiar, a conduta imputada deve estar vinculada à relação íntima de afeto entre as partes.

4. (FGV - Inspetor de Polícia (PC RJ)/2022). No que diz respeito ao feminicídio, é correto afirmar que:

- a) a violência praticada no âmbito da unidade doméstica não exige que a mulher faça parte desse núcleo de convívio permanente;
- b) na violência praticada no âmbito da unidade doméstica, a fugacidade e a eventualidade do convívio não excluem sua configuração;
- c) a violência praticada no âmbito familiar exige parentesco, natural ou civil, entre autor e vítima, excluído aquele determinado por afinidade;
- d) na violência praticada no âmbito familiar, é possível a configuração de feminicídio contra a "tia de consideração", desde que aparentada do agente;
- e) a violência praticada no âmbito das relações íntimas de afeto, em curso ou já findas, depende da ocorrência de coabitação.

5. (FGV - Defensor Público do Estado do Mato Grosso do Sul/2022/XVIII). Em relação ao sistema protetivo da Lei Maria da Penha:

- a) o âmbito da unidade doméstica engloba todo espaço de convívio de pessoas, desde que com vínculo familiar;
- b) o âmbito familiar é caracterizado por qualquer relação íntima de afeto, dependente de coabitação;
- c) o âmbito da unidade doméstica engloba todo espaço de convívio de pessoas, exceto as agregadas esporadicamente;
- d) é desnecessária a demonstração específica da subjugação feminina para sua aplicação.

6. (FGV - Técnico Policial de Necropsia (PC RJ)/2022). Para os efeitos da Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Nesse contexto, de acordo com a citada lei, as relações pessoais enunciadas acima:



- a) requerem, para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, que a convivência entre o agressor e a vítima seja atual ou pretérita, nesse caso pelo menos nos últimos cinco anos;
- b) requerem, para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, que a convivência entre o agressor e a vítima seja atual, não incidindo essa lei específica após o fim do relacionamento;
- c) requerem, para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, que a convivência entre o agressor e a vítima seja atual ou pretérita, nesse caso pelo menos no último ano;
- d) independem de orientação sexual, e a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos;
- e) dependem de orientação sexual, e a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos fundamentais.

7. (FGV - Investigador Policial (PC RJ)/2022). Aproveitando-se que seu pai, Laio, havia saído para o trabalho, Édipo passa a alterar os aparelhos eletrônicos da residência de lugar, colocando sua televisão velha e defeituosa na sala de estar e levando o aparelho novo e recém-comprado pelo genitor, para o interior do seu quarto. Indignada com isso, Jocasta, mãe de Édipo e juíza de Direito, interpela o filho, que, insatisfeito com a intervenção, passa a agredir a genitora com tapas e socos.

Jocasta aciona a polícia e o fato é apresentado à unidade policial.

A conduta de Édipo quanto a Jocasta corresponde a lesão corporal em contexto:

- a) de violência doméstica, pela presunção de hipossuficiência e vulnerabilidade da mulher;
- b) não especial, pela ausência de demonstração de vulnerabilidade da mulher;
- c) de violência doméstica, pela demonstração de subjugação feminina;
- d) não especial, pela ausência de demonstração de subjugação feminina;
- e) de violência doméstica, pela relação hierárquica da mãe em referência ao filho.

8. (FGV - Aluno Oficial (PM AM)/2022). Três gerações da família Silva viviam sob o mesmo teto, o que decorria, principalmente, das dificuldades econômicas enfrentadas para que cada núcleo familiar pudesse ter uma moradia independente. Além disso, ainda moravam no local duas jovens, na faixa dos vinte anos, que foram acolhidas pela família, sendo reconhecidas por João e Maria, o casal de idosos, dono da casa, como "filhas de criação". Nesse ambiente de convivência, Pedro, neto de João e Maria, com dezoito anos de idade, proferiu diversas ofensas verbais contra uma das referidas "filhas de criação", causando-lhe intenso sofrimento psicológico.

À luz das normas vigentes, a conduta de Pedro

- a) não pode ser considerada violência familiar e doméstica contra a mulher, em razão da ausência de laço natural com a "filha de criação".
- b) não pode ser considerada violência familiar e doméstica contra a mulher, já que a "filha de criação" somente mantém vínculo com João e Maria.
- c) não pode ser considerada violência familiar e doméstica contra a "filha de criação", pois ele é mais jovem que ela, não podendo subjugá-la psicologicamente.



- d) pode ser considerada violência familiar e doméstica, pois praticada no âmbito da família à qual estava integrada a “filha de criação” que sofreu as ofensas.
- e) pode ser considerada violência familiar e doméstica, desde que a “filha de criação” que sofreu as ofensas esteja residindo há mais de um ano com a família.

9. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022). Após conturbada e conflitiva separação, um casal com filhos de 15 e 10 anos de idade, realizou divórcio judicial, oportunidade em que, dentre outros temas, foi fixada a questão da pensão a ser paga para os filhos que ficariam sob os cuidados maternos. Sem que a relação marital fosse retomada em qualquer momento, quando o filho mais velho completou 21 anos, o genitor informou à ex-esposa que ingressaria com o pedido de exclusão do dever alimentar, o que gerou novo atrito. A genitora afirmou que o préstimo de alimentos deveria prosseguir, pois o filho estava tentando o ingresso no ensino superior. O genitor, então, respondeu de forma agressiva, que o filho não teria futuro, pois seguia o modelo materno de incapacidade laboral e cognitiva, sendo fadado, portanto, a ser um “zé ninguém”, tal qual a ex-esposa era. Acrescentou que ela ficava infantilizando os filhos, não permitindo que ganhassem independência e ela que se virasse para bancar aquela situação vergonhosa.

Sobre a possibilidade de configuração de ilícito penal, assinale a afirmativa correta.

- a) Não há configuração de qualquer crime da Lei Maria da Penha, em razão do tempo passado entre o divórcio e o fato.
- b) Embora o relacionamento entre os dois tenha se encerrado, as agressões verbais decorreram da relação havida.
- c) Não há qualquer motivação de gênero no caso concreto, a ensejar a configuração de crime da Lei Maria da Penha.
- d) Há configuração de crime da Lei Maria da Penha, pois a dinâmica envolve agressões de homem contra mulher.
- e) Embora referente à relação havida entre o casal, a inexistência de lesão física impede a incidência da Lei Maria da Penha.

10. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Apoio Especializado/Serviço Social/2022). Conforme dispõe a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), uma mulher que frequentemente é obrigada pelo marido a pedir desculpas por “desobedecê-lo” e a calar-se sempre que tenta emitir uma opinião, pode ser enquadrada como vítima de:

- a) misoginia;
- b) violência moral;
- c) discriminação;
- d) violência psicológica;
- e) desqualificação moral.



Gabarito

GABARITO



1. C	2. C	3. E	4. D	5. D
6. D	7. A	8. D	9. B	10. D



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.